



## PAPO DE EDUCADOR: CONVERSAS SOBRE INCLUSÃO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEUS DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Daniele Christiano Raybolt <sup>1</sup>

### RESUMO

Fazer da sala de aula um ambiente fértil para a aprendizagem, bem como um espaço de trocas de saberes é um grande desafio para o professor. Inúmeros são os empecilhos relatados por eles que os dificultam a alcançar o almejado objetivo: carga horária excessiva, número grande de alunos, baixos salários, falta de formação continuada... No entanto, outro grande desafio atual da educação e, por consequência, dos educadores, é a efetiva inclusão dos alunos PCDs em salas de aula regulares. Quando falamos então da inclusão desse público nas escolas ofertantes de turmas de Ensino Fundamental – Anos Finais, outros inúmeros desafios são impostos e acrescentados àqueles já relatados, e que estão presentes diariamente na rotina dos docentes. Pensando nisso, o presente artigo busca trazer as angústias, os anseios, os sucessos e também os fracassos de professores atuantes em turmas de 6º ao 9º ano da Escola Paroquial do Loteamento Samambaia, no município de Petrópolis – RJ, por meio de relatos informais, ou seja, por meio de bate-papos na sala dos professores, trocas de experiências nos corredores entre docentes, conversas entre docentes e mediadores, culminando no relato de reunião de formação de equipe para socializar as informações coletadas e discutir o que pode ser feito superar os entraves relatados, quais recursos tecnológicos podem ser utilizados para dar suporte e facilitar o trabalho docente e assim, tornar o espaço educativo um verdadeiro espaço de inclusão, socialização e futura atuação cidadã do educando. Como base para a discussão, serão utilizados, além dos relatos, trechos da legislação educacional vigente, bem como autores especialistas em educação inclusiva que vislumbrem a inclusão nos Anos Finais do Ensino Fundamental não só uma necessidade legal, mas principalmente uma realidade possível e necessária no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação, Inclusão, Professores, Desafios, Tecnologia.

### INTRODUÇÃO

Falar sobre inclusão escolar com alguns professores ainda gera muita apreensão e sensação de incapacidade. A inclusão escolar é hoje uma realidade, mas também um grande desafio, pois incluir vai muito além de apenas colocar os sujeitos num “mesmo ambiente”.

---

<sup>1</sup> Especialista em Ciências da Natureza, suas Tecnologias e o mundo do trabalho pela Universidade Federal do Piauí (2023). Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Gama Filho (2010). Pós-graduada em Educação Especial – Deficiência Visual pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio, 2010). Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Norte do Paraná (Unopar, 2016). Graduada em Pedagogia pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP, 2009). Professora de Educação Básica – Prefeitura Municipal de Petrópolis. Supervisora Educacional – Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). E-mail. [danieleraybolt@gmail.com](mailto:danieleraybolt@gmail.com).



Assim, enquanto docente atuante no Ensino Fundamental – Anos Finais e também como Supervisora Educacional no Ensino Profissionalizante, buscar colaborar com a inclusão no meu dia a dia escolar é um desafio que me motiva a aprender mais sobre o tema e a compartilhar aquilo que foi aprendido.

A nossa Constituição Federal – de 1988, em seu artigo 205, dispõe que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família”. Contudo, ainda hoje, mesmo com os alunos matriculados em salas regulares (o que atende ao artigo 208, inciso III, da mesma constituição), as dúvidas e desafios dos docentes continuam e, se somados aos diversos problemas já enfrentados pela classe docente como carga horária excessiva, número excessivo de alunos por sala, baixos salários, falta de formação continuada, falta de recursos para aulas diversificadas, entre outros, a inclusão ganha um status de desafio ainda maior quando falamos do Ensino Fundamental – Anos Finais, visto que a dinâmica de aulas e rotatividade de professores é grande e bastante diferente dos Anos Iniciais, pois cada docente é responsável por sua disciplina e a melhor forma de atender ao aluno PCD gera um impacto significativo no dia a dia desse professor, que muitas vezes mal consegue ministrar seu conteúdo em 50 minutos (h/a).

A sociedade vem trabalhando na construção de uma nova visão acerca das “diferenças” entre os indivíduos, sejam eles ou não portadores de deficiências (PCDs). Contudo, deixar preconceitos e estereótipos de lado e mudar sua maneira de trabalhar e encarar o outro não é tarefa simples. Crescemos e criamos nossos filhos imersos em padrões sociais e culturais que classificam as pessoas em sujeitos superiores ou inferiores e, quando falamos da inclusão de sujeito atípicos nas classes regulares, ultrapassar essas ideias já arraigadas depende não só da disposição pessoal em mudar, mas principalmente de ações políticas e de boas iniciativas das instituições que trabalham em prol de uma sociedade mais justa.

Pensando nesse cenário da educação inclusiva, esta pesquisa propôs-se a identificar quais questões são vistas pelos profissionais da educação como um entrave para que uma verdadeira inclusão aconteça e, com base no que foi relatado em conversas informais com os profissionais da educação na Escola Paroquial do Loteamento Samambaia, no município de Petrópolis - RJ, traçar alguns possíveis caminhos ao compartilhar em reunião pedagógica uma tabela com os principais entraves citados por eles para a educação inclusiva no Ensino Fundamental – Anos Finais.

Esta pesquisa justifica-se na medida em que muito tem se falado da inclusão e grandes esforços vem sendo feitos para que os PCDs sejam incluídos nas escolas regulares, contudo, o foco parece estar principalmente nas salas de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, enquanto os profissionais atuantes no Ensino Fundamental – Anos Finais que estarão



à frente do ensino desses sujeitos num futuro próximo (para alguns já no próximo ano) não se sentem preparados e apoiados para atuar diante de tantos desafios e é preciso ouvir esses sujeitos, já que suas experiências, suas angústias, seus sucessos, seus fracassos e seus anseios podem servir de base para se traçar os caminhos possíveis a nível individual e de cada unidade escolar, mas principalmente a nível acadêmico e de políticas públicas.

## **METODOLOGIA**

Com relação à metodologia utilizada, o presente artigo fez uso da pesquisa exploratória, visto que o objetivo desse tipo de pesquisa vai de acordo com o vislumbrado pelo estudo, que é “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 1991, p.45).

Desta forma, buscou-se, inicialmente, embasamento na pesquisa bibliográfica, por meio da qual foi feita uma revisão da legislação pertinente ao assunto, como Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes de Bases da Educação (1996), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), entre outras, bem como uma revisão de estudos relacionados à inclusão e formação prática do professor, presentes em Sartoretto (2002), Freire (1996), Gil (2020) e Silva e Martins (2017).

Posteriormente, foram coletados relatos informais na sala dos professores, trocas de experiências nos corredores entre docentes, conversas entre docentes e mediadores e, por fim, foi realizada a socialização dos dados coletados em reunião pedagógica, culminando em uma troca de saberes e a discussão do que pode ser feito superar os entraves relatados e quais recursos tecnológicos podem ser utilizados para dar suporte e ajudar o trabalho docente.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Apesar do direito à educação de qualidade englobar todos sujeitos, sejam eles típicos ou atípicos, a trajetória da educação inclusiva no Brasil vem evoluindo bastante nos últimos anos. Se a Constituição Federal de 1988 já via a educação como um direito de todos e que essa oferta deveria ser preferencialmente em salas regulares de ensino, a LDB – Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) estabeleceu, em seu capítulo V, as orientações para a educação especial, que deve ser entendida como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” Logo, mais um grande passo



para a educação inclusiva foi dado. Ainda na LDB, no artigo 59, que trata do que os sistemas de ensino deverão assegurar aos educandos que são público da educação especial, é apresentado em seu inciso III, a segurança de “professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Mas será que esses profissionais vêm sendo verdadeiramente capacitados para atender a esse público com qualidade?

Em 2015, o Brasil avança novamente com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. A Lei em questão busca “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Artigo 1º). O Capítulo IV, da mesma lei, trata do direito à educação e, dentre as incumbências do poder público descritas no Art. 28, o inciso X coloca a “adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado”. sendo assim, a pergunta se repete: como vem sendo feita essa capacitação docente? Como vem sendo pensadas as disciplinas de educação inclusiva nos cursos de licenciatura? Estão os sistemas públicos de ensino ofertando aos seus docentes cursos de formação continuada ou incentivando aqueles que o fazem por iniciativa própria?

Em sua dissertação de mestrado, Gil (2020, p.22) coloca que

Na minha percepção de diretora escolar, sempre considerei que o processo de educação inclusiva funcionava melhor na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Talvez, porque o professor dos anos iniciais seja um professor polivalente e fique mais tempo com as crianças na sala de aula, conseguindo uma observação mais atenta das necessidades individuais de cada uma. Já, nos anos finais do ensino fundamental, a segmentação por disciplinas e tempo/espço das aulas não favorece a observação, desencadeando um desequilíbrio no processo, em que não se permite uma reflexão sobre as ações praticadas.

O pensamento da autora não está distante de como muitos docentes se sentem em relação ao processo de ensino vivido nas escolas atualmente. Esmagados pelos diversos afazeres, projetos, avaliações, efeitos emocionais sofridos pelos educandos (e pelos próprios docentes) pós-pandemia, muitos professores, por maior empenho que tenham, não recebem o apoio e orientação necessários para adaptar suas aulas. Muitos desses docentes nem tiveram disciplinas voltadas para a prática da inclusão e, os que tiveram, viram de forma teórica, deixando-os inseguros quanto a como colocar esse conhecimento em prática. Freire, em seus textos, coloca a importância de ser um profissional reflexivo, com reconhecimento do seu inacabamento e seu compromisso com a prática de forma que “o próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática” (FREIRE, 1996, p. 39). Assim, quando um docente reconhece que precisa de auxílio e que não se sente



preparado para alguma tarefa ele precisa ser amparado e receber o investimento necessário para seu desenvolvimento profissional. Quem trabalha com inclusão sabe que não existe receita de bolo, que não existe uma única forma de fazer. Mesmo indivíduos com o mesmo diagnóstico muitas vezes precisam de estratégias diferentes e esse docente que trabalha com diversas turmas por escola precisa fazer diversas adaptações e, se não houver um profissional que o auxilie verdadeiramente, pode ser que o educando esteja em sala, mas sem suas habilidades e necessidades serem realmente consideradas.

Em seu trabalho, Silva e Martins (2017), ampliam a importância de pesquisas para a intervenção na prática docente de forma a atingir a comunidade escolar como um todo, visto que, além dos professores e mediadores, outros profissionais também participam da rotina escolar e também devem ter sua importância e experiência levados em consideração e clamam por formação para atender a diversidade de realidades que encontram nos corredores e refeitórios escolares.

(...) acredita-se na extrema relevância da realização de pesquisas-intervenção com intuito de compreender as percepções dos professores de instituições públicas e privadas, considerando como aspecto importante o tempo de docência, com objetivos que possam ir além do levantamento de dados, sendo assim, um estudo que auxilie os participantes, de forma prática, no sentido de pensar e criar intervenções que beneficiem de forma ativa a comunidade escolar em geral. (SILVA; MARTINS, 2017, p. 303)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A troca de saberes é uma das mais ricas formas de aprendizagem; reconhecer que a vivência do outro pode enriquecer sua prática é uma característica fundamental para o bom profissional. A capacidade de “ouvir” é diferente da capacidade de “saber escutar”: é saber apropriar-se positivamente do que o outro está expressando, seja um ensinamento ou um pedido de ajuda.

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. (...) é escutando bem que me preparo para melhor me colocar ou melhor me situar do ponto de vista das idéias. (FREIRE, 1996, p. 119-120)

E, após ouvir atentamente à alguns profissionais da educação em momentos informais que surgiram durante a rotina escolar na Escola Paroquial do Loteamento Samambaia, apresento o Quadro-Síntese (Quadro 1) dos principais problemas apontados por esses profissionais em relação à inclusão em turmas de Ensino Fundamental – Anos Finais (salienta-se que esses relatos incluem as vivências desses profissionais em outros ambientes escolares).

Quadro 1 – Problemas para a efetiva inclusão escolar

Participantes	Problemas apontados
<p>Professores, inspetores e estagiários (mediadores) atuantes no Ensino Fundamental – Anos Finais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Falta de formação dos professores.</li> <li>✓ Falta de recursos tecnológicos.</li> <li>✓ Falta de estagiários.</li> <li>✓ Aceitação dos colegas da sala de aula.</li> <li>✓ Falta de preparo dos mediadores para atuar no Ensino Fundamental – Anos Finais.</li> <li>✓ Preconceito internalizado da comunidade escolar.</li> <li>✓ Falta de preparo dos alunos da turma.</li> <li>✓ Falta de suporte às Unidades Escolares.</li> <li>✓ Falta de apoio psicológico para as famílias e para os professores.</li> <li>✓ Falta de “laudos” para que as famílias possam exigir seus direitos.</li> <li>✓ Sentimento de abandono dos profissionais.</li> <li>✓ Falta de reconhecimento daqueles que apresentam práticas de sucesso.</li> <li>✓ Falta de suporte, orientação e retorno das demandas.</li> <li>✓ Falta de investimento ou iniciativa para formação dos professores pelo Governo.</li> <li>✓ Falha do sistema de educação.</li> </ul>

Fonte: Dados obtidos por meio de conversas informais na EPLS durante o ano de 2023.

Ao analisar o quadro com os problemas apontados é possível perceber que eles são variados e incluem outras esferas que não apenas a educação: incluem também a saúde e a assistência social.

No que tange a formação, foi sinalizado que tanto professores quanto mediadores precisam de formação voltada para a inclusão dos PCDs nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Durante os bate-papos, foi possível perceber que uma das grandes preocupações dos docentes está nas inclusões em que os alunos ainda não estão alfabetizados ou cujas habilidades e objetivos estão distantes dos previstos para aquele ano de escolaridade. Aplicar na prática o que a teoria ensina não é tarefa simples. Segundo a professora X, sobre uma experiência anterior: “Sei que não é só dar um desenho para colorir, que preciso fazer mais,



mas teve horas em que não conseguia relacionar o que estava ministrando com o que ele conseguia fazer... e ainda com provas e trabalhos para corrigir...”

A verdade é que os objetivos precisam ser pensados individualmente para cada um desses sujeitos, mas esses objetivos precisam ser pensados em conjunto, para fazerem sentido como uma orquestra, visto que em um mesmo dia os alunos do 6º ao 9º ano podem ter até seis aulas diferentes. Então, junto à falta de formação para atender às inclusões, juntamos a esse ponto a falta de um profissional de atendimento educacional especializado para orientar e acompanhar a prática pedagógica desses diversos professores que contemplarão a rotina do Fundamental 2. Por mais que as escolas possuam orientadoras pedagógicas, muitas vezes esse trabalho vai além da formação que elas possuem, além de uma rotina de demandas que aumenta a cada dia.

(...) haveria necessidade de uma formação técnica específica para os professores, especialmente, para aqueles que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental, no sentido de compreenderem suas próprias experiências subjetivas, que suscitam o estranhamento, a fim de que não continue se desenvolvendo o modelo de práticas exclusivas da escola especial.

Nesta perspectiva, acreditamos que as representações sociais desses professores podem ser modificadas; uma vez que são produzidas em base cognitiva, afetiva e social, e que são elementos passíveis de serem reelaboradas. (GIL, 2020, P.137)

Sartoretto (2002) destaca que a deficiência não é sinônimo de doença e que a grande mudança necessária para que a inclusão se torne uma realidade está nas questões sobre o que, o como e o porquê ensinar. Ou seja, além da formação prática na área, precisamos também superar os próprios preconceitos em relação às possibilidades de aprendizagem dos PCDs

Em relação ao preconceito, foi citado o preconceito internalizado da comunidade escolar, o que inclui os demais educandos em relação aos colegas PCDs. Se a adolescência já é uma fase marcada por transformações físicas e emocionais e se considerarmos que dois anos da vida desses atuais adolescentes se resumiram em estudar em casa, sem convívio social, sem as regras escolares, sem experiências típicas da infância e da progressão escolar, lidar com as próprias questões emocionais e com um “outro” que não atende aos padrões tidos por eles como “normais” exige um acompanhamento psicológico que não é oferecido em grande escala aos estudantes e que, por vezes, terminam em ações conhecidas como *bullying*. Muitas vezes, somente os que apresentam condições financeiras e com famílias presentes acabam tendo algum tipo de apoio.

Percebe-se que um dos maiores desafios da inclusão se encontra em desmistificar muitos preconceitos existentes tanto quanto às possibilidades de aprendizagem dos deficientes como na aceitação e respeito a tudo o que é diferente daquilo que queremos e estamos acostumados



a ter. Durante uma conversa, o professor Y afirmou: “A acolhida é a ferramenta-mãe de todas as demais ferramentas para a inclusão”.

Ampliando um pouco a questão do apoio psicológico, foi citado também como um problema a falta de apoio psicológico às famílias e aos próprios docentes. Vemos todos os dias a luta de famílias com PCDs para levar os filhos para escola, terapias, cuidar de casa, de outros filhos, muitos tem a renda familiar diminuída porque precisam deixar de trabalhar e ainda precisando lidar com o preconceito e desinformação de uma sociedade que urge por mudanças. Dificilmente o sucesso escolar acontecerá se a família desse sujeito não trabalhar em parceria com a escola. Mas, nesse turbilhão de tarefas, quem cuida e dá suporte a esses sujeitos? Lidar com os diferentes diagnósticos não é simples também para o professor. Precisamos lembrar que, antes de serem profissionais da educação, são também seres humanos que sofrem junto com seus alunos e famílias e tem seus próprios gatilhos emocionais, suas inseguranças, medos e expectativas que precisam ser consideradas. Silva e Martins (2017, p. 303) apontam que, muitas vezes, a fala dos professores sinaliza um “um pedido de ajuda ou de um olhar para o sujeito professor”.

Para finalizar as observações acerca dos problemas apontados, podemos unir em um apontamento as demais colocações: falha do sistema de educação. Afinal, se não tem estagiários (mediadores), se não tem espaços adaptados, se não tem recursos tecnológicos, se não tem suporte as demandas das unidades escolares e se não tem investimento e incentivo a formação dos profissionais podemos realmente afirmar que o sistema está falhando porque não está suprindo necessidades inerentes ao processo de educar com qualidade. Aliado a isso temos a falha no sistema de saúde, já que os atendimentos às famílias e realização de exames é extremamente moroso e, concomitante a isso, existe a falha do sistema de assistência social que não enxerga a vulnerabilidade de muitas das famílias com PCDs.

Dando sequência ao proposto, os dados obtidos no Quadro 1 foram compartilhados com os demais colegas em uma das reuniões pedagógicas realizadas e, passado o alvoroço inicial, foram surgindo sugestões pautadas em cada um dos problemas citados. O Quadro 2 apresenta a síntese dessas sugestões para fomentar a inclusão escolar.

Quadro 2 – Sugestões para tornar a inclusão escolar uma realidade

Participantes	Sugestões para sanar os problemas apontados
Professores, inspetores e estagiários (mediadores)	✓ Formação continuada dos docentes voltada para a inclusão nos Anos Finais.



<p>atuantes no Ensino Fundamental – Anos Finais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Mais recursos tecnológicos.</li> <li>✓ Espaços escolares adaptados.</li> <li>✓ Mediadores em número suficiente para atender às inclusões.</li> <li>✓ Formação voltada para mediadores que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental.</li> <li>✓ Profissional especializado em AEE para auxiliar nas adaptações de todas as disciplinas.</li> <li>✓ Apoio psicológico para famílias e profissionais da educação.</li> <li>✓ Apoio psicológico para os alunos da turma que demonstrarem dificuldade em conviver com os colegas incluídos.</li> <li>✓ Trabalho de conscientização sobre o que é inclusão e o papel de cada um para tornar o espaço escolar um ambiente acolhedor para todos.</li> <li>✓ Parceria escola/PSF/Assistência Social para auxiliar as famílias a conseguir os laudos e acompanhamentos necessários aos alunos, bem como orientações para ter acesso aos direitos dos PCDs.</li> <li>✓ Respostas às demandas encaminhadas aos setores especializados das Secretarias de Educação.</li> <li>✓ Reconhecimento/auxílio financeiro aos profissionais que vem se capacitando por iniciativa e recursos próprios.</li> <li>✓ Investimento nas escolas com reformas, adaptações e criação de laboratórios e sala de recursos em todas as unidades.</li> </ul>
---	---

Fonte: Dados obtidos durante reunião pedagógica na EPLS durante o ano de 2023.

Se, de início, parecem sugestões simples e de fácil realização, a verdade é que sabemos que colocar em prática aquilo que vai além de onde alcançamos com nossas próprias mãos e nosso próprio suor é complexo, pois inclui não apenas um outro sujeito que também tem suas particularidades, mas principalmente por envolver políticas públicas que garantam o apoio e que façam cumprir o que carece ainda nos dias atuais. E, quando realizada com todas as etapas



e processos que demanda, a inclusão escolar gera frutos e, como relatou a professora Z: “Meu maior orgulho foi encontrar minha antiga aluna e ela contar que hoje é também professora!”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, buscou-se fazer um breve resumo de algumas leis importantes para a educação inclusiva no Brasil, perpassando por autores que falam sobre a prática docente, inclusão e Ensino Fundamental – Anos Finais, seguindo para a coleta informal de observações pertinentes de profissionais envolvidos na dinâmica escolar acerca dos problemas ainda existentes na inclusão de PCDs no Ensino Fundamental 2 e culminando na análise dos dados e posterior apresentação em reunião pedagógica da qual emergiram sugestões para a elucidação dos problemas salientados.

Refletindo sobre a legislação brasileira, observou-se que, apesar dos avanços em relação à inclusão dos PCDs em salas de aula regulares, muitos dos fatores intrínsecos a esse processo de inclusão, como garantia de professores capacitados por meio de formação inicial e continuada ainda está distante da realidade, visto que muito docentes clamam por auxílio e orientação e muitos cursos de licenciatura ainda carecem de disciplinas que abarquem verdadeiramente uma sala de aula inclusiva.

Contudo, não adiantaria ter a oferta de formação se o professor não tiver a disponibilidade de saber ouvir, a dialogar, se reinventar e refletir sobre sua própria prática. Essas são características importantes para um professor que se entende em processo contínuo de aprendizado. E, em se tratando de Ensino Fundamental – Anos Finais e inclusão, essa abertura ao outro e ao compartilhamento de conhecimentos é imprescindível, visto que a dinâmica de tempos de aula semanais e as rotinas escolares impede que alguns profissionais tenham conhecimento mais profundo de seus alunos e, uma prática com objetivos comuns orientadas por um profissional de atendimento educacional especializado seria fundamental para o aprendizado e desenvolvimento das habilidades do PCDs.

Seguindo para o objetivo principal da pesquisa, que era conhecer um pouco do que pensam os professores e alguns outros profissionais da educação, seus anseios, angústias e sucessos, o estudo apresentou, num primeiro momento, o Quadro 1 com problemas apontados por esses profissionais para que a inclusão escolar seja efetivamente realizada e, posteriormente a isso, apresentou-se o Quadro 2, com sugestões desses profissionais para sanar os obstáculos apontados.



Preconceito internalizado, falta de formação, de acompanhamento psicológico, de profissionais mediadores, assim como vários outros tópicos relacionados a falhas do sistema de educação, saúde e assistência social foram citados e, como soluções possíveis foram citados investimentos e incentivos na formação dos profissionais, parcerias entre esferas educação/saúde/assistência social, trabalho de conscientização de alunos, aumento de recursos tecnológicos e investimentos em estrutura das escolas são algumas das sugestões, dentre outras apresentadas no trabalho, que foram apontadas pelo grupo.

Concluindo, entende-se que este artigo traz contribuições para a sociedade e instiga aos órgãos públicos referidos e aos responsáveis por cursos de formação acadêmica uma reflexão acerca do que ainda precisa ser ofertado para capacitar os profissionais, para cuidar dos indivíduos por trás desses profissionais de educação, assim como dos alunos e familiares que convivem com os PCDs para que esses sujeitos possam ter acesso a uma educação verdadeiramente inclusiva, com qualidade e que considere suas particularidades, possibilidades, preferências, habilidades e que, muito além de ensinar letras e números, ensine o valor do ser humano, a importância de se respeitar as diferenças, de ouvir e aprender com o outro e que seja capaz de atuar com a máxima autonomia possível em uma sociedade que se almeja ser justa e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.



GIL, Sylvania Maria da Silva. **Representações sociais sobre a prática pedagógica:** educação inclusiva nos anos finais do ensino fundamental. 2020. 230f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos.

SARTORETTO, Mara. **Inclusão escolar** – Sonho ou realidade. In: Temas em Educação I- Livro das Jornadas, 2002.

SILVA, Pâmela Thaís da; MARTINS, Gabriela Dal Forno Martins. **Educação inclusiva:** percepções de professores dos anos finais do ensino fundamental. Disponível em: <<https://editora.pucrs.br/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-4/completo-4.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2023.